

Gilvan Martins

CANDIDATURAS INDEPENDENTES NO BRASIL

a interpretação pelo Supremo Tribunal Federal
da exigência da filiação partidária



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2023 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2023 by Gilvan Martins.



DIALÉTICA
EDITORA



/editoradialeitica



@editoradialeitica

www.editoradialeitica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

Prof. Dr. Tiago Aroeira

Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Camila Gabarrão

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Julie Campos

Diagramação

Julie Campos

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias

Larissa Teixeira

Ludmila Azevedo Pena

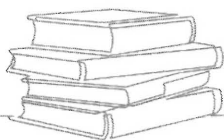
Thaynara Rezende

Estagiários

Diego Sales

Laís Silva Cordeiro

Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386c Martins, Gilvan.

Candidaturas Independentes no Brasil : a interpretação pelo Supremo Tribunal Federal da exigência da filiação partidária / Gilvan Martins. – São Paulo : Editora Dialética, 2023.
180 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-252-7449-2

1. Filiação Partidária. 2. Candidaturas Independentes. 3. Supremo Tribunal Federal. I. Título.

CDD-320

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO | 13

2- OS DIREITOS POLÍTICOS E AS CANDIDATURAS INDEPENDENTES: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS | 17

2.1 Elementos históricos e conceituais do princípio democrático | 17

2.1.1 Breves notas sobre a origem dos partidos políticos | 23

2.1.2 Direitos políticos e os sistemas de proteção de
direitos humanos | 27

2.2 O questionamento sobre o modelo de representação política
no Brasil | 30

2.2.1 O crescimento das candidaturas coletivas | 38

2.3 Considerações iniciais acerca das candidaturas independentes | 42

2.3.1 As candidaturas independentes no cenário internacional | 43

2.3.2 O histórico das candidaturas independentes no Brasil | 46

2.4 Próximo Capítulo | 49

3- A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: OS PARTIDOS E AS CANDIDATURAS INDEPENDENTES | 51

3.1 O caso do Recurso Extraordinário nº 1.238.853/RJ | 56

3.2 A interpretação democrática da Constituição | 65

3.2.1 Os participantes do processo interpretativo | 67

3.3 Argumentos favoráveis aos partidos políticos | 70

3.3.1 O fenômeno da oligarquização e a (des) democracia intrapartidária | 73

3.4 Argumentos favoráveis à adoção das candidaturas independentes | 79

3.4.1 Efeitos possíveis das candidaturas independentes: a fragmentação da representação e a personalização do voto | 84

3.5 Próximo capítulo | 87

4- AS CANDIDATURAS INDEPENDENTES: JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL | 89

4.1 O controle de convencionalidade e a proibição da prisão do depositário infiel | 90

4.2 As candidaturas independentes na jurisprudência internacional | 99

4.2.1 Decisões da Corte Interamericana e do Tribunal Europeu de Direitos Humanos | 105

4.3 A amplitude da representatividade política na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos | 111

4.3.1 A extensão da cláusula de abertura material dos direitos fundamentais | 117

4.4 Próximo capítulo | 121

5- A PERMISSÃO DA CANDIDATURA INDEPENDENTE: ADEQUAÇÃO E MODELOS | 123

5.1 Breves considerações sobre a mutação constitucional | 125

5.1.1 A mutação constitucional quanto à exigência da filiação partidária | 132

5.2 Propostas de emendas constitucionais sobre candidaturas independentes | 141

5.2.1 A adoção de um modelo legislativo para as candidaturas
independentes | 145

5.3 Observações conclusivas sobre as candidaturas independentes | 149

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS | 157

REFERÊNCIAS | 163